



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6565 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A PESQUISA E A EXTENSÃO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI) NO IF SERTÃO PE – CAMPUS PETROLINA

Dayany Vieira Braga Teixeira - UFBA - Universidade Federal da Bahia

A PESQUISA E A EXTENSÃO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI) NO IF SERTÃO PE – CAMPUS PETROLINA

1. INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta os resultados da pesquisa intitulada A Pesquisa e a Extensão no Currículo do Ensino Médio Integrado (EMI) no IF Sertão Pe – Campus Petrolina, que teve como objetivo analisar se a organização curricular dos cursos do Ensino Médio Integrado (EMI) do IF Sertão Pe – Campus Petrolina está em consonância com o que preconizam os documentos oficiais com relação a pesquisa e extensão na Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

Com base no objetivo pretendido, chegou-se aos seguintes questionamentos: O que a legislação menciona sobre a inserção da pesquisa e da extensão no currículo dos cursos do EMI? Como está organizado o currículo desses cursos no campus Petrolina? Está de acordo com as orientações legais? Qual a visão dos profissionais da educação com relação à organização curricular dos cursos do EMI nos quais atuam e com relação à pesquisa e extensão no currículo dos cursos?

A metodologia da pesquisa foi pensada, planejada e construída em torno de duas dimensões que possibilitaram responder aos questionamentos norteadores da investigação, que são: A organização curricular dos cursos do EMI; A pesquisa e a extensão nos cursos do EMI.

Com relação aos procedimentos técnicos adotados, foram utilizados, além da pesquisa bibliográfica para embasamento teórico sobre o tema pesquisado, a pesquisa documental e a Pesquisa de Campo, realizada no campus Petrolina, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista e o questionário.

A entrevista foi organizada contendo 19 perguntas, sendo cinco pessoas entrevistadas, de forma presencial, individual.

Com relação ao questionário, foi aplicado de forma *online*, através do Google Formulários, junto aos professores e técnicos administrativos em educação – TAE, sendo eles: técnicos em laboratório, pedagogos, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos. O questionário foi construído com perguntas abertas e fechadas, sendo enviado para 84 pessoas, e desse total, 29 foram devolvidos.

Os dados coletados foram analisados a partir da abordagem qualitativa, visto a natureza da pesquisa, levando em consideração também os resultados quantitativos. Os dados da pesquisa de campo foram categorizados e analisados com base nas técnicas de Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Os resultados da investigação indicaram que a pesquisa e a extensão não fazem parte da organização curricular dos cursos do EMI, como preconizam os documentos oficiais. Além disso, apontaram também que os profissionais da educação acham relevante inserir a pesquisa e a extensão no currículo dos cursos. Mas, outro dado ganhou ênfase nos resultados da pesquisa de campo, que foi a necessidade de haver uma real integração nos cursos do EMI.

2 ABORDAGEM CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Abordar sobre o tema currículo requer um conhecimento inicial das teorias e significados que podem ser encontrados para esse termo. Nesse sentido, Silva (2010, p.14) diz que a definição do que seja currículo está relacionado ao fato de que

[...] aquilo que o currículo é depende precisamente da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias. Uma definição não nos revela o que é, essencialmente, o currículo: uma definição revela o que uma determinada teoria pensa o que o currículo é.

Essa afirmação endossa o fato de haver uma diversidade conceitual do termo currículo e que essa diversidade de sentidos está ligada aos momentos históricos, espaço e tempo em que ocorreram as compreensões e solidificação das teorias que dão sustentação aos estudos curriculares atuais.

Ainda segundo o autor citado, a questão central de qualquer teoria curricular é qual conhecimento deve ser ensinado, ou seja “O que os alunos devem saber?”. Esse questionamento nunca está separado de outra indagação: “O que devem se tornar?”. O que vai diferenciar uma teoria da outra é a ênfase dada às discussões com relação à “natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade” (SILVA, 2010, p.14).

Considerando o pensamento dos autores brasileiros para definição de currículo em uma perspectiva crítica, segundo Moreira e Tadeu (2011), o currículo torna-se um artefato social e cultural a partir do momento em que se torna importante na organização do conhecimento escolar, a partir do questionamento do “porquê” dessa organização e não do “como” se organiza. Dessa forma, é através do currículo que se produz identidades individuais e sociais particulares, permeadas pelas relações de poder.

A partir da concepção de currículo, pode-se abordar a integração curricular da Educação Profissional com o Ensino Médio. A Resolução CNE/CEB N°. 6 torna essa possibilidade ainda mais forte, apontando os caminhos e as finalidades da integração. Com base em Ramos (2008), pode-se compreender a integração curricular na Educação Profissional com base em três sentidos:

a) A formação omnilateral:

É possibilitar a construção dos conhecimentos a partir da interação com a realidade, na intenção da emancipação e é através dessa interação que surgem as possibilidades de sanar as necessidades individuais e ou coletivas a partir dos conhecimentos adquiridos, que podem ser compreendidos de duas formas, no que se refere à constituição de um ensino médio unitário e integrado:

a) ontológico, como práxis humana e, então, como forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens, assim, produz conhecimentos; b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos. (RAMOS, 2010 p.49)

b) Indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação básica:

A defesa pela integração do Ensino Médio ao Profissional é

[...] por razões ético-políticas, posto que a profissionalização de jovens é tanto uma necessidade quanto uma possibilidade para que o enfrentamento das adversidades econômicas seja feita mediante referência identitária relevante para os sujeitos, qual seja, a de ser profissional de uma área. Não obstante, o que perseguimos não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui. Por isto, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Entendemos que o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade. (RAMOS, 2008 p.12)

c) Integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade:

A visão das disciplinas tidas como gerais sempre foi voltada para as disciplinas como português, matemática, história, geografia, entre outras. “Não se trata de somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros, mas sim de sua integração na perspectiva da totalidade”. (RAMOS, 2008, p. 16)

Desta forma, a organização curricular dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve levar em consideração o sujeito, centro do processo e que tipo de formação que se pretende, bem como a identidade da escola.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta apresentação dos dados da pesquisa é necessário compreender, mesmo que de forma breve, a organização curricular dos cursos do EMI da educação profissional, tendo como marco temporal a década de 1990 e as transformações legais por que passou a educação nessa época e que nos rege até as datas atuais, apesar das alterações já realizadas.

A década de 1990 foi marcada, no campo educacional por amplos debates sobre a educação nacional, que resultaram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9394 de 1996 (LDB). Com relação ao Ensino Médio e a Educação Profissional, a nova proposta de LDB faz ressurgir o conflito da dualidade entre formação humana e formação técnica, a partir das ambiguidades apresentadas em seu texto. Essa dualidade é reforçada com o Decreto Nº 2.208/97, que trata da Reforma da Educação Profissional. A partir deste, o ensino técnico se torna legalmente separado do ensino médio. Com o início do Governo Lula, em 2003, as

discussões acerca do citado decreto se intensificaram, principalmente com relação à separação obrigatória entre Ensino Médio e Educação Profissional. As discussões deram origem ao Decreto Nº 5.154/04, que revoga o de 1997, trazendo de volta a possibilidade de integrar a educação profissional técnica ao ensino médio. As conquistas conseguidas por esse decreto foram incorporadas à LDB, a partir da Lei nº 11.741/08, incluindo a educação profissional técnica de nível médio como a seção IV-A do capítulo II – da Educação básica, possibilitando a EPT ser vista como pertencente à educação básica.

3.1 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DO EMI DO CAMPUS PETROLINA

A organização curricular dos cursos do EMI do campus Petrolina está descrita em seus projetos de curso, que são: Informática, Química, Eletrotécnica e Edificações, construídos do ano de 2009, ficando evidente a desatualização, pois a última resolução que norteia essa modalidade é a Resolução CNE/CEB nº. 6 de 29 de setembro de 2012. A partir da análise global dos projetos, foi constatado que eles possuem a mesma estrutura e o mesmo texto para as partes comuns, por isso, falarei dos projetos de uma forma geral, já que são similares.

Ao analisar os dados coletados através das entrevistas e questionários, com relação à organização curricular, pôde-se organizá-los em categorias: Integração disciplinar: a não efetiva integração curricular foi uma fala recorrente nas entrevistas e questionários.

Organização temporal: Embora tenha obtido respostas contrárias, foi apontada a mudança de funcionamento do curso de quatro para três anos. Essa necessidade foi apontada pelos profissionais da educação, além da necessidade de organizar os cursos por ano, ao invés de semestre.

Organização disciplinar: foi percebido que a área técnica é vista como os conhecimentos mais importantes para o curso, em detrimento da área comum.

Nos projetos dos cursos analisados, o texto sobre as considerações curriculares traz que o currículo foi elaborado de modo a integrar a educação profissional ao ensino médio, com base na LDB e nas diretrizes curriculares de 1999, mas quando se faz a análise das matrizes e dos textos que antecedem a organização curricular, percebe-se que não diz como será essa integração.

3.2 A PESQUISA E A EXTENSÃO A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS, INSTITUCIONAIS E RESPOSTAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

A partir dos princípios e finalidades dos Institutos federais, a pesquisa e a extensão são colocadas no mesmo nível de relevância que o ensino. Como Instituição que oferta os diversos níveis de ensino, esse tripé sai da universidade e se expande para o ensino médio, que, por lei, deve atingir 50% das vagas dessas instituições.

A Lei Nº 11.892 de 2008 traz como aspectos relevantes para a organização curricular dos IFs, a pesquisa como princípio educativo e científico e a extensão como forma de proximidade com a comunidade. Uma das finalidades dos IFs é “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (art. 6º, II). Nesse contexto a

concepção de pesquisa é entendida como princípio educativo por possibilitar a geração de conhecimentos, de incentivar o aluno a procurar respostas às questões sociais, estimulando a criatividade, a autonomia.

A pesquisa como princípio científico é evidenciada a partir do objetivo de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (art. 7º, III).

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018) do IF Sertão-PE aponta que um dos desafios da pesquisa é ir além da descoberta científica, sendo que os novos conhecimentos produzidos deverão ser levados para fora da Instituição, provocando nas pessoas uma curiosidade e capacidade de dialogar com o mundo. Logo, o ato de pesquisar deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. (BRASIL, 2008).

Com relação à extensão, o CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, elaborou, através do FORPROEXT, Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Cargos Equivalentes da Rede Federal de EPCT, o documento intitulado A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que apresenta “a discussão e a definição do conjunto de ações desenvolvidas nas instituições, permeando as relações com a sociedade brasileira” (CONIF, 2013 p.6).

Esse documento intitula a extensão dos IFs como Extensão Profissional e a define como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. (CONIF, 2013, p.16).

Fazendo uma análise desse conceito, pode-se dizer que é através da extensão que a Instituição interage com os diversos segmentos da sociedade, em busca de produzir difundir e socializar os conhecimentos produzidos tanto na Instituição como nesses espaços de interação, através de uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico, o tecnológico e a comunidade/sociedade, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, na busca da superação das desigualdades sociais.

Os documentos institucionais, especificamente o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI ressaltam de forma explícita que os projetos e programas de extensão devem ser incorporados aos projetos pedagógicos dos cursos, independente do nível ou modalidade.

Ao analisar os projetos dos cursos do EMI do campus Petrolina na perspectiva da pesquisa e da extensão, levando em consideração as dimensões supracitadas, pode-se afirmar que a extensão aparece de forma muito incipiente, a partir do estágio curricular, que, tem características mais de ensino do que da própria extensão.

Com relação à pesquisa como princípio educativo ou científico, os projetos não apresentam nenhuma proposta de como pode ser desenvolvido nos cursos. Apenas mencionam a pesquisa aplicada como estímulo à construção do saber.

Mesmo a pesquisa e extensão não tendo o espaço devido nos projetos dos cursos do EMI, os dados coletados através dos questionários apontam que os profissionais da educação acham importante fazer pesquisa e extensão com os alunos do ensino médio (96,6%) e fazem. 27,6% através de programas institucionais e 37,9% de forma voluntária. Mas 34,5% das respostas afirmam não realizar projetos de pesquisa e de extensão, que, pela natureza da Instituição é um número considerável.

Nessa perspectiva, através dos resultados da pesquisa de campo e documental, pude perceber que é necessário ir além da inserção da pesquisa e da extensão no currículo dos cursos. Há necessidade de se repensar na própria forma de como esses cursos estão organizados. Esse fato aponta para a necessidade de propor uma intervenção, baseada nos achados da pesquisa, que favoreça a efetiva integração dos conhecimentos nos cursos do EMI, que possibilite a reflexão sobre o fazer pedagógico na Rede Federal, a partir dos documentos oficiais nacionais e institucionais atualizados, bem como das reais necessidades da Instituição.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa e a extensão tornam-se relevantes para a formação humana em todos os níveis e modalidades da educação profissional, em especial às instituições profissionais, sendo os instrumentos de compartilhamento, construção e difusão do conhecimento, permitindo maior proximidade do aluno com a sociedade, com o mundo do trabalho e com as tecnologias.

Os dados levantados durante todo o processo de investigação evidenciaram que há a necessidade de uma reformulação da organização curricular atual dos cursos do EMI do campus Petrolina no que se referem aos aspectos legais e no que se refere à integração dos conhecimentos e que os profissionais da educação consideram importante a prática da pesquisa e da extensão nos cursos.

A pesquisa e a extensão pode ser um caminho metodológico para conseguir realizar a integração dos conhecimentos, de forma interdisciplinar, a partir das finalidades educacionais desejadas e levando em consideração as experiências e interesse dos alunos.

Palavras-chave: Currículo, Ensino Médio Integrado, Pesquisa, Extensão

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Livraria Marins Fontes, 1977.

BRASIL. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. D.O.U., Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: . Acesso em: 5 dez. 2017.

BRASIL. Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro, 1996. Disponível em: . Acesso em 12 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do

Brasil, Brasília, DF, 17 julho, 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 20 de set. 2016.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 6 de 29 de setembro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>.> Acesso em 18 jan. 2017.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica (CONIF). **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá: 2013.

IF SERTÃO-PE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018).** Petrolina, 2014. Disponível em:< https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/.../PDI%202014-2018.pdf>. Acesso em: 20 jan 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; TADEU, Tomaz. Apresentação à 12 edição In.: MOREIRA, Antônio Flávio B.; TADEU, Tomaz. (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado.** Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In.: MOLL, Jaqueline (colaboradores). **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA. Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.